

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2015

Propõe que a Comissão de Educação realize ato de fiscalização e controle no Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, a fim de acompanhar a reestruturação e expansão das universidades federais no País.

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 100, § 1º, combinado com os artigos 60, incisos I a III, e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o digno Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, a fim de acompanhar a reestruturação e expansão das universidades federais no País.

JUSTIFICAÇÃO

A expansão da oferta de vagas de formação universitária pública no País faz-se fundamental para o desenvolvimento social no País. São essas instituições que têm a missão de contribuir com o ensino, pesquisa e extensão do País.

Essa expansão conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Para que a expansão de vagas aconteça faz-se necessário a ampliação física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior e essa proposta de fiscalização e controle visa acompanhar esse programa com base no Relatório apontado pela Controladora Geral da União (CGU) e resultados apontados pelo Ministério da

Educação que necessitam ser conhecidos e avaliados por esta ação de fiscalização.

Conforme veiculado na mídia nacional pelo Programa Bom dia Brasil:

“Edição do dia 27/04/2015

27/04/2015 10h21 - Atualizado em 27/04/2015 10h21

Governo gastou bilhões em obras de universidades que não estão prontas

Levantamento da CGU mostrou que Governo Federal gastou bilhões em obras para ampliar universidades, mas muitas obras ainda estão paradas.

Um levantamento da Controladoria-Geral da União mostrou que o Governo Federal gastou bilhões de reais em obras que deveriam ampliar as universidades, mas sequer ficaram prontas. O programa terminou há mais de dois anos e muitas obras ainda estão paradas.

O MEC diz que o programa deu certo e que muitas universidades foram ampliadas, permitindo um aumento significativo na oferta de cursos e vagas. Para a CGU, a realidade é outra: de 72 obras fiscalizadas, um terço não cumpriu o cronograma de obras.

Obras paradas e alunos em expectativa. Na Universidade Federal de Sergipe, a construção de dois prédios para o hospital universitário foi interrompida com pouco mais de 10% da obra executada por problemas com a empresa construtora.

Na Federal do Rio Grande do Sul também há obras suspensas: a do prédio de Engenharia parou por falta de autorização ambiental; o da Faculdade de Medicina tem que ser entregue até o final deste mês, mas ainda não foi.

As obras do Hospital de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Bahia estão atrasadas por causa de problemas com uma empresa fornecedora.

Na Universidade Federal do Pará, a construção do prédio para os cursos de Farmácia e Odontologia está parada. A empresa que venceu a licitação decretou falência.

Todas essas obras receberam recursos do Reuni, o programa do governo criado para reestruturar e expandir as universidades federais. Segundo o Ministério da Educação, mais de R\$ 6 bilhões foram investidos entre 2008 e 2012.

Mas uma avaliação feita pela Controladoria-Geral da União aponta falhas na execução do programa. Em uma amostra de 72 obras fiscalizadas, 37% não cumpriram nem o cronograma físico nem o financeiro. A Controladoria advertiu que esses atrasos podem acarretar prejuízos. Também apontou fragilidade na adoção de medidas para garantir a qualidade das obras, já que muitas foram concluídas, mas não puderam ser recebidas definitivamente e liberadas para uso por conta de alguma falha no processo.

De acordo com a Controladoria da União, 80% de todas as obras previstas no programa foram concluídas até o ano passado. O relatório da CGU destaca que as obras que ainda estão sendo feitas são exatamente as mais caras, concentram 40% do total de recursos destinados ao Reuni.

E em alguns casos, o dinheiro repassado não foi o suficiente para fazer tudo o que estava previsto. Na UFF, a Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Região Metropolitana do Rio, encontramos prédios parados que não são citados no relatório, mas foram erguidos com dinheiro do Reuni.

A equipe gravou com celular em dois campus da universidade. Um prédio da biomedicina está aparentemente pronto, mas vazio. Imagens foram gravadas no prédio da Biologia, onde funcionam os laboratórios.

“É dito que a gente faz uma pesquisa de excelência mas eu não sei como essa pesquisa consegue ser de excelência com a falta de estrutura que a gente tem aqui. O prédio onde a gente tem aula está em condições precárias, o ar-condicionado com aviso na porta da direção que se ligar tem risco de incêndio, tetos desabando, infiltrações por todas as paredes e todos os tetos”, afirma o aluno Pedro Henrique Leal. Um novo prédio da Faculdade de Biologia está sendo construído em outro campus. Os alunos dizem que a reitoria tinha prometido que ele seria entregue em 2011, mas a obra continua inacabada.

A UFF diz que há sete construções paradas por falta de pagamento às empreiteiras. “Nunca houve uma decisão explícita, um discurso por parte do governo em termos de paralisação. Simplesmente o dinheiro deixou de cair na conta. As obras que não estão concluídas são, neste momento, desperdício. Elas só serão investimento quando os recursos começarem a render frutos, seja na forma de ensino seja na forma de pesquisa”, afirma o superintendente de Comunicação da UFF, Afonso Albuquerque.

O Ministério da Educação diz que não houve cortes nos recursos previstos para a universidade do Rio e avalia que o programa foi bem sucedido. Diz que as ampliações feitas com recursos do Reuni permitiram praticamente dobrar a oferta de cursos e de vagas nas universidades federais.

Segundo o secretário-executivo do ministério, só 4% das obras estão paradas. “Nós temos total atenção com essas obras, dialogamos com as reitorias, com as equipes de engenharia para concluí-las. São problemas que levam um tempo mesmo, pela própria legislação, as questões jurídicas. Nenhum reitor, nenhum gestor pode aportar mais recursos do que a lei permite, então qualquer realinhamento de preços tem que ser analisados pelo jurídico, temos questões ambientais, mas evidentemente são coisas que analisamos ponto a ponto junto com as reitorias”, afirma Luiz Cláudio Costa.

O economista José Matias Pereira diz que o para ser considerado bem sucedido o programa tem que passar por uma ampla avaliação. “Nós temos ainda não só a questão de obras paradas, mas obras que estão em andamento e são de valores significativos. Nós estamos falando de um programa que terminou em 2012. Então entendo que já é hora de este programa sofrer este processo de avaliação e vir a público pra que tenha uma transparência maior. Não basta dizer só que o programa foi bem sucedido, é preciso mostrar isso”, ressalta.

O relatório da CGU foi feito no ano passado.

O Ministério da Educação reafirmou que não fez nenhum corte no orçamento do programa e que no caso da Universidade Federal Fluminense, o contrato inicial previa um repasse de R\$ 287 milhões, mas a universidade apresentou a necessidade de mais recursos e no fim do contrato foram repassados R\$ 417 milhões para as obras.”

Frente à questão conhecida e enfocada pela CGU nesta reportagem, precisamos utilizar das prerrogativas de fiscalização e controle da execução e resultados da reestruturação de expansão das universidades federais no País frente a ameaça de contingenciamento orçamentário e obras inacabadas.

Esse contexto de obras inacabadas pode prejudicar a perspectiva de expansão universitária no País, conforme propõe o Plano Nacional de Educação (PNE) para o próximo decênio:

“Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.”

Portanto, essa proposta de fiscalização e controle faz-se necessária para que a Comissão de Educação acompanhe o avanço do programa de reestruturação das universidades federais frente à necessidade de expansão de vagas na educação superior pública no País.

Brasília, de maio de 2015.

Deputado Max Filho
PSDB ES